

LEI nº 1.615 de 23 de abril de 2021.

Dispõe sobre concessão de subvenção social à Corporação Musical União Bonjardinense e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS-MG, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social, para o exercício de 2021, à Corporação Musical União Bonjardinense, no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais).

Art. 2º A subvenção social discriminada no artigo 1º será concedida nos termos da Lei federal nº 13.019/2014, que trata do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, com as modificações aprovadas pela Lei nº 13.204/2015, desde que a entidade preencha os seus requisitos, após regular tramitação do processo administrativo.

Parágrafo único. Dentre outros elementos exigidos pela lei, o processo deverá ser instruído com os pareceres e justificativas que demonstrem o enquadramento jurídico da parceria, nas hipóteses de inexigibilidade ou dispensa de chamamento público, nos termos do artigo 30 e 31 da mesma lei, conforme o caso.

Art. 3º A subvenção social será concedida mediante a formalização de termo de colaboração ou o termo de fomento entre o Município e a entidade beneficiada, de acordo com o disposto nos artigos 16, 17 e 35 da lei 13.019/2014.

§ 1º Conforme previsto no artigo 35, IV, da Lei 13.019/2014, o termo de colaboração ou de fomento será precedido da elaboração de um plano de trabalho específico, que observará as prescrições do artigo 22 da mesma lei federal.

§ 2º Deverá o Poder Executivo encaminhar ao Legislativo cópia do termo de colaboração ou fomento que for firmado com base na presente lei, no prazo de 10 (dez) dias a partir de sua celebração, acompanhado do respectivo plano de trabalho.

Art. 4º Os recursos previstos nesta lei são liberados de acordo com o cronograma de desembolso que for estabelecido no respectivo termo de colaboração ou fomento.

Art. 5º Fica a entidade contemplada pelo Município com subvenção social obrigada a prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, observando o disposto no artigo 63 e seguintes da Lei 13.019/2014.

§ 1º A prestação de contas será apresentada no prazo de 90 dias, a partir do término da vigência da parceria ou do final do exercício, valendo o que ocorrer primeiro, podendo ser fixada no termo de colaboração ou de fomento a exigência de prestação de contas parciais ao longo de sua vigência, e sem prejuízo da instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

§ 2º Se a entidade tiver suas contas aprovadas pelo Poder Executivo, ou não prestar contas, não poderá ser contemplada com novas subvenções enquanto não forem regularizadas as pendências, e deverá ressarcir aos cofres públicos os valores anteriormente recebidos e que não foram aplicados em conformidade com o respectivo plano de trabalho.


§ 3º No prazo de 10 dias a partir da entrega da prestação de contas, deverá o gestor da parceria encaminhar à Câmara Municipal cópias dos relatórios de que tratam os incisos I e II do artigo 66 da Lei 13.019/2014, salvo se forem disponibilizados em meio eletrônico de acesso público (internet), e encaminhará também cópia de seu parecer técnico de análise da prestação de contas, e ainda o relatório de monitoramento e avaliação da parceria, tão logo sejam exarados, para fins de transparência e controle externo do Poder Legislativo.

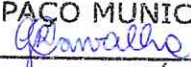
§ 4º Se a entidade não tiver suas contas aprovadas pelo Poder Executivo ou não prestar contas, não poderá ser contemplada com novas subvenções e deverá ressarcir aos cofres públicos os valores anteriormente recebidos.

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 7º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jardim de Minas, 23 de abril de 2021


Joaquim Laércio Rodrigues
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM:
23 / 04 / 2021
PAÇO MUNICIPAL

RESPONSÁVEL